

O GERIFALTE



3o trimestre 2010 edição 3 Ano I



NOVO CÓDIGO FLORESTAL

FICHA LIMPA

IMPOSTOS

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

ENTREVISTA HENRY STEINER



QUE HÁ DE NOVO?

EDITORIAL

O que temos de novo!
p.01

CARTA DOS LEITORES

Sugestões e Comentários
p.02



ENTREVISTA COM HENRY STEINER

Veja o que o professor de Harvard tem a falar sobre a FGV e sobre Direito
Saiba mais na p. 03

OS EFEITOS PERVERSOS DA LEI DA FICHA LIMPA

Artigo escrito para gerar polêmica!
Saiba mais na p.06

CIVILIDADE INCOMPLETA

Como um ensino fundamental de qualidade pode gerar bons cidadãos.
Saiba mais na p. 08



O NOVO CÓDIGO "RURALISTA" FLORESTAL

Um novo Código Florestal a favor do desmatamento
Saiba mais na p.12

PRÉ SAL: UM TIRO NO ESCURO

Em defesa do Regime de Concessões para a exploração do petróleo
p.07

TROPA DE ELITE 2-AONDE ESTÁ INDO PARAR NOSSA VOZ?

A alienação do cidadão brasileiro.
Saiba mais na p.15

OPERAÇÃO BICICLETA!

Invista nessa moda!
Saiba mais na p.13



GASTROMANIA POR QUE A GALINHA ATRAVESSOU A RUA?

Você está a par das delicias da redondeza?
Descubra na p.23

Confira o que os filósofos pensam sobre isso na p.22

CANTO POÉTICO

Porque aqui não falta criatividade!
Descubra na p.21

QUADRINHOS: HOMBRE EL HOMBRE

Los planos secretos futuros de Mexico
Ria um pouco na p.24



O TÍCIO, O MÉVIO E OS NOVOS DESAFIOS DA ACADEMIA JURIDICA

Sobre o Ensino de Direito no Brasil.
Saiba mais na p.09



A ORDEM NATURAL DAS COISAS

Confira a criatividade de um professor da FGV nesta crônica!
Saiba mais na p.20

FAROESTE SPAGUETTI

Reflexão a respeito do Velho Oeste... Com doutrina e tudo!
Saiba mais na p.17

EDITORIAL

O Brasil está em voga. Vin Diesel vem filmar Velosos e Furiosos 5 no Rio em novembro, Will.i.am, da banda americana Black Eyed Peas, anunciou que vai morar aqui até o próximo ano e outros tantos só querem saber do país tropical. De fato, o Brasil está vivendo um momento de forte investimento estrangeiro e desenvolvimento. Já conquistou a sede da Copa de 2014, das Olimpíadas em 2016 e agora caminha para incentivar mais projetos, como, por exemplo o Rock in Rio, que estará de volta em 2011 após 10 anos. Com isso, passado o furor das eleições presidenciais, observamos que o novo presidente tem um grande legado pela frente, permitir o crescimento e desenvolvimento do país a partir de novas diretrizes políticas, sociais e econômicas.

Explorando o seu lado mais criativo e crítico, O Gerifalte buscou identificar as principais novas diretrizes brasileiras através de uma análise sobre o sistema tributário, por Thiago Filippo, uma reflexão sobre o ensino de Direito no Brasil, por Thiago Corrêa, desenvolvida por um viés social em “Civilidade Incompleta”, por Guilherme Migliora, e na defesa pelo regime de concessões para a exploração do petróleo e na crítica ao novo Código Florestal, por Catarina Freitas.

Contamos, ainda, com uma entrevista exclusiva com Henry Steiner, professor de Harvard sobre Direitos Humanos, FGV e Direito e com um artigo escrito pelo Professor Feliciano Guimarães sobre a Lei da Ficha Limpa. Ficando para o final uma sessão lúdica muito original, na qual contribuíram João Marcelo Lima, Jéssica Leda, Antônio Bastos e o Professor Antonio Porto Gonçalves, para descontrair um pouco dos estudos.

Boa leitura!

- Adriana Simonsen Reino





Pessoal,

Acabei de ler toda a revista de vocês, e fiquei muito feliz com o resultado.

Vocês estão de parabéns pela iniciativa e pela qualidade dos textos escritos. Não vou destacar nenhum para não fazer injustiças, já que todos estão muito bem escritos.

A capa também está espetacular (embora não sei quantos tenham prestado a atenção na mão que está manuseando os sticks (sem o dedo mindinho).

Se me permitem uma sugestão, coloquem um pouco mais de fotos, para dar mais "colorido" aos artigos.

Abraços a todos.
Sergio Bessa

Gostamos muito do texto da última edição do "O Gerifalte" sobre o perfil do aluno da FGV DIREITO RIO.

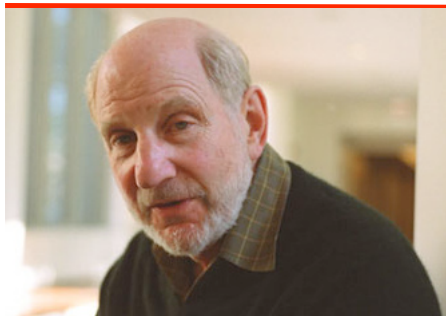
Eu gostaria de divulgar e, para tal, pensei que seria legal se vocês pudessem fazer uma charge. É possível?

Abraços,

Milena Brant

ENTREVISTA COM HENRY STEINER

Catarina Freitas,
João Marcelo Lima,
Vitor Horta



O Gerifalte entrevistou o Professor Henry Steiner, que criou o Programa de Direitos Humanos na Escola de Direito de Harvard. Ele esteve na FGV em outubro para avaliar a nossa Escola de Direito e também fez uma palestra sobre a nova lei francesa que proíbe o uso de véus.

Gerifalte: O Senhor considera a indeterminação na linguagem das convenções de Direitos Humanos um problema?

Henry Steiner: Quando se está lidando com linguagem legal, particularmente de legislação, constituições, tratados,... tal linguagem tem um valor normativo: as pessoas devem fazer alguma coisa ou não. O objetivo dessas ordens legais podem ser a mudança de comportamento, especialmente quando se trata de convenções de direitos humanos. Se quer modificar ou evitar certos comportamentos e incentivar outros. Então, o problema da indeterminação da linguagem é um problema geral da linguagem e dos ordenamentos legais, que se torna mais sério nos grandes tratados de direitos humanos, ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Muitas constituições, particularmente a minha (EUA) e aquelas do mundo pós-guerra e das democracias, em geral, utilizam termos muito vagos, como: devido processo legal, igualdade, justo. Tais termos podem ter muitos signifi-

cados e interpretações diferentes que podem gerar divergências profundas até dentro de uma mesma cultura.

Tratados de Direitos Humanos, por sua vez, são assinados por muitos países. As grandes convenções, como os Pactos de Direito Civil e Político e de Direito Econômico, Social e Cultural foram assinados por 170 países! Então são aplicáveis para todas as culturas: africana, asiática, latina, árabe, norte-americana, europeia, que podem atribuir diferentes significados a um mesmo termo. Desse modo, há uma grande dificuldade na tradução de um Tratado em inglês para outras línguas oficiais, como francês, russo,... Por exemplo, não há uma palavra precisa para direito em mandarim. Como expressar o conceito de direito, então, que é tão profundo na cultura Ocidental? Assim, os termos ficam propositalmente vagos. Tomando de exemplo o termo devido processo: não há uma fórmula certa de como ele deve ser feito. Países têm métodos diferentes de interrogar a testemunha, ter ou não jurado, apresentar provas. Meu ponto é que, em um tratado, não pode haver uma fórmula e uma definição fechada para cada termo, senão é impor um valor, uma cultura, a outra. Então usamos um termo vago, que, além de tudo, serve também para compreender novas situações de violações de direito que não foram pensadas antes.

Meu ponto é que, em um tratado, não pode haver uma fórmula e uma definição fechada para cada termo, senão é impor um valor, uma cultura, a outra. Então usamos um termo vago

G: O Senhor acredita que o Brasil avançou nas conquistas de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais?

H.S.: Objetivos como esses não são nunca alcançados. Oscar Wilde já dizia, “there is only one thing worse than not realizing your life’s finest dream. Realizing it.” Porque então não há nada mais para lhe mover. Nossos objetivos são como ideais, nunca os realizaremos completamente. Então, eu diria que nenhum país atingiu seus objetivos, pois são ideais, são a energia que move as pessoas.

“there is only one thing worse than not realizing your life’s finest dream. Realizing it.” O. Wilde

A primeira vez que vim ao Brasil foi durante a Ditadura Militar e o AI-5, que foi a parte da Ditadura mais opressora. Havia a censura em todos os lugares, muitos emprisonamentos, terrorismo, seqüestros, pessoas reféns e assim vai. Então, se você quer que eu compare o Brasil de 1968 com o Brasil de hoje, não há nem comparação! Seu país agora é aberto! As pessoas podem falar livremente, a imprensa é livre, a economia crescendo e várias pessoas ganhando mais dinheiro, como tenho escutado, durante a administração do Lula. Muitos brasileiros subiram da linha de pobreza para a classe média. Então sim, acredito que o nível e o padrão de vida estejam subindo.

Certamente, em respeito às mulheres houve grande progresso no que se refere a trazê-la a uma situação de maior igualdade com o homem. Mas acredito que o país ainda tem muito o que avançar em alguns aspectos, especialmente nos direitos dos afro-brasileiros e indígenas. A população afro-brasileira ainda é a mais pobre no país, e

A primeira vez que vim ao Brasil foi durante a Ditadura Militar e o AI-5, que foi a parte da Ditadura mais opressora. Havia a censura em todos os lugares, muitos emprisonamentos, terrorismo, seqüestros, pessoas reféns e assim vai. Então, se você quer que eu compare o Brasil de 1968 com o Brasil de hoje, não há nem comparação! Seu país agora é aberto! As pessoas podem falar livremente, a imprensa é livre, a economia crescendo e várias pessoas ganhando mais dinheiro, como tenho escutado, durante a administração do Lula. Muitos brasileiros subiram da linha de pobreza para a classe média. Então sim, acredito que o nível e o padrão de vida estejam subindo.

Certamente, em respeito às mulheres houve grande progresso no que se refere a trazê-la a uma situação de maior igualdade com o homem. Mas acredito que o país ainda tem muito o que avançar em alguns aspectos, especialmente nos direitos dos afro-brasileiros e indígenas. A população afro-brasileira ainda é a mais pobre no país, e nos, eu imagino que ela trate de assuntos internacionais, enquanto Direito Constitucional e Direito Civil abrangem os direitos fundamentais no Brasil. Então na matéria de Direitos Humanos se fala mais das Nações Unidas e tratados internacionais. Por isso criei um programa específico para esse assunto na minha Escola. Assim que foi criado, pouquíssimas outras Escolas de Direito ensinavam Direitos Humanos, não era tido como uma matéria. Acho que fomos a primeira das grandes Escolas de Direito a ter um programa de Direitos Humanos dentro da Escola de Direito. Hoje em dia muitas Escolas americanas oferecem programas de Direitos Humanos, não apenas a matéria, programas mesmo, como os Centros daqui. Realmente, não é necessário que

nos, eu imagino que ela trate de assuntos internacionais, enquanto Direito Constitucional e Direito Civil abrangem os direitos fundamentais no Brasil. Então na matéria de Direitos Humanos se fala mais das Nações Unidas e tratados internacionais. Por isso criei um programa específico para esse assunto na minha Escola. Assim que foi criado, pouquíssimas outras Escolas de Direito ensinavam Direitos Humanos, não era tido como uma matéria. Acho que fomos a primeira das grandes Escolas de Direito a ter um programa de Direitos Humanos dentro da Escola de Direito. Hoje em dia muitas Escolas americanas oferecem programas de Direitos Humanos, não apenas a matéria, programas mesmo, como os Centros daqui. Realmente, não é necessário que

O Brasil atingiu um objetivo importante de construir uma estrutura de governo democrático.

G.: Como você avaliaria o projeto inovador da Escola de Direito da FGV em relação às outras universidades brasileiras?

H.S.: Em ideias gerais, eu diria que o termo que o diretor da Escola, Joaquim Falcão, utiliza para pensar sobre a Escola, democracia, é o que eu entendo pelo método socrático que é aqui aplicado.

Ou seja, o professor não apenas expõe as suas ideias para os alunos, ele tenta envolver os alunos em sala de aula com o que está sendo ensinado. Então o aluno não está simplesmente escutando a grande autoridade na frente

dele, como geralmente é feito no sistema de educação tradicional. Há muitas excelentes Escolas de Direito neste país, com professores espetaculares. Mas o sistema geral dessas Escolas é mais passivo, com muito menos participação do aluno em sala de aula. Aqui, acredito que os alunos são mais incentivados a se auto-lecionarem, são deixados cheios de perguntas e respostas, ao mesmo tempo. Às vezes é bom sair de uma aula em dúvida sobre qual é a melhor solução, ou a melhor interpretação a uma cláusula complexa.

Parte desse projeto é tornar os alunos cidadãos que se preocupam com os sistemas legal e político, e que tenham um olhar crítico sobre os mesmos, que reflitam sobre o que é bom e o que poderia mudar. É isso que esta Escola quer criar, fazer dos alunos seres auto-determinados. Mas a auto-determinação não vem sem conteúdo, então o ensino ao mesmo tempo deve ser muito forte na parte de história, do sistema legal em si, nas cortes e todas as instituições relacionadas que fazem parte do sistema político como um todo. Esta Escola tenta se envolver com a sociedade de um modo que as Escolas tradicionais fizeram menos.

Fazer dos alunos seres auto-determinados.

De certo modo, pode-se argumentar que as Escolas de Direito tradicionais vêem o Direito como uma matéria mais autônoma. Mas a Escola de Direito da FGV incentiva o aluno a participar do que está acontecendo na sociedade, as mudanças no sistema Judiciário, nas leis, na pobreza, política, internet, e assim vai, através dos Centros. Admiro muito esses experimentos feitos tanto aqui como em São Paulo.

Para aqueles que acreditam

que a Escola de Direito da FGV oferece um ensino brasileiro americanizado, digo-lhes que estão errados. São países muito diferentes com instituições muito diferentes. Podemos compartilhar os mesmos métodos de ensino e aprendizado. Os melhores professores, em meu país, realmente se esforçam para engajar o aluno no processo de aprendizado, como aqui.

***Tal processo
assemelha-se à
democracia porque os
cidadãos devem ter
um pensamento
crítico sobre o próprio
país.***

É vital tornar o aluno seu próprio professor, até um certo ponto, fazer com que o aluno seja mais capaz do que simplesmente sugar a informação que o é dada. Tal processo assemelha-se à democracia porque os cidadãos devem ter um pensamento crítico sobre o próprio país, não devem fazer tudo aquilo que os grandes líderes os comandam a fazer. Então os objetivos são os mesmos, em um nível mais profundo. Então, de certa forma, a Escola treina os seus alunos para tornarem-se mais que profissionais técnicos, cidadãos, que podem decidir por si mesmos em quem votar e como, que podem formar grupos de lobby, ou fazerem parte de uma campanha. A Escola quer que seus alunos se tornem cidadãos ativos e compromissados em decidir sobre as grandes questões do país.

G: O Senhor tem algum conselho para alunos de Direito da FGV que queiram estudar em universidades americanas?

H.S.: Sim, faça-o, se conseguir! Seja em Harvard, que é uma Escola grande, ou, se preferir, seja em uma menor, como Yale e Stanford, que oferecem um ambiente

mais íntimo. Essas primeiras considerações são importantes, decidir qual Escola se encaixa mais no seu perfil. Mas eu diria que Harvard tem uma vantagem enorme por ser grande: ela atrai muitos alunos estrangeiros, de todo o mundo, e assim é um ambiente muito cosmopolita. Bom, há várias Escolas de Direito excelentes nos EUA, onde você teria uma experiência parecida. E se você pretende estudar em alguma delas, se esforce para manter as notas altas, pois queremos alunos sérios.

Cartas de recomendação também são muito importante. Ou seja, entre em contato com alguém próximo que tenha trabalhado com você, ou tenha lhe supervisionado em uma tese ou projeto, ou que tenha trabalhado com você em um dos Centros. Enfim, peça para alguém que lhe conhece bem e sabe como você trabalha.

Também é fundamental preencher a “application form” da Escola, refletindo bastante ao responder perguntas como “Por que você quer vir estudar nos EUA?”, ou “O que você pretende fazer em sua carreira?” você não precisa prometer nada, apenas seja sincero e diga como você pensa que sua vida será. Ou ainda, “Quais foram as coisas mais significantes que você já tenha feito na sua vida?”. Bem, essas são perguntas sérias que requerem respostas igualmente sérias. ■

***A Escola quer que
seus alunos se
tornem cidadãos ativos e
compromissados
em decidir sobre as
grandes questões
do país.***

Os Efeitos Perversos da Lei da Ficha Limpa

Feliciano Guimarães¹

A Lei da Ficha Limpa parece ser uma daquelas iniciativas populares em que a vontade da maioria nem sempre gera resultados positivos. Nesse sentido, dois argumentos políticos merecem ser levados em consideração. Primeiro, as instâncias jurídicas colegiadas nos Estados são passíveis de serem manipuladas pelo grupo político de plantão no sentido de punir o político que contesta a oligarquia local. Segundo, a lei transfere a uma parte não eleita da população – os juízes – a responsabilidade de decidir em quem os eleitores podem ou não votar. Isso pode significar tutela do eleitor.

Alguns argumentam que certos balizamentos mínimos são necessários em uma democracia para que o eleitor vote em pessoas de reputação ilibada. Assim, um candidato condenado em segunda instância não seria bom o suficiente para receber o voto do eleitor. Para esta visão, impedir um candidato de concorrer não é punição, mas sim a constatação de que ele não reúne as condições mínimas para o eventual cargo. Outros advogam que ter atestado de boa conduta é uma necessidade natural do mercado em várias profissões e que a lei da Ficha Limpa estabelece estes padrões básicos. No entanto, a pergunta fundamental não é saber quem tem ou não boa reputação, mas sim saber quem e como se define estes padrões reputacionais mínimos.

Não é preciso voltar muito na história do Brasil para verificar que o político corrupto de hoje pode ter sido muito bem o político subversivo ou contestador de ontem. Era comum associar o subversivo ou contestador à corrupção. É possível que a perseguição política contemporânea ressurgia travestida de combate à corrupção. Não seria inocente pensar que alguns dos atuais políticos pretensamente corruptos são, na realidade, os contestadores das oligarquias regionais. Não seria inusitado pensar que nas terras das oligarquias o grupo político hegemônico busque eliminar o adversário da competição eleitoral por meio da manipulação do judiciário de primeira e segunda instâncias. A idéia do foro privilegiado é exatamente não permitir que perseguições deste tipo, quase sempre imiscuídas em processos de corrupção, tenham sucesso. Ao fim e ao cabo, as cortes federais estão aí para reverter eventuais abusos do poder oligárquico.

Obviamente há políticos corruptos que não são

nem um pouco subversivos ou contestadores, mas o problema é exatamente precisar o limite entre uma coisa e outra. Como esta distinção não é sempre clara na luta política dos Estados, nada assegura que uma condenação em segunda instância, sempre sob o argumento de corrupção, não seja fruto de perseguição política local por meio da manipulação dos juízes regionais pela oligarquia de plantão.

Assim, se definir padrões mínimos de conduta pode esbarrar na manipulação do judiciário, os juízes que condenam e eliminam da disputa certos candidatos acabam por limitar as opções dos eleitores sob justificativas possivelmente infundas de combate à corrupção. Em uma democracia, os eleitores têm o direito de votar em quem desejar, inclusive nos corruptos ou subversivos. Isto pode parecer um absurdo para aqueles indignados com o nível de corrupção do Brasil, mas faz parte do direito democrático de votar. O eleitor não precisa da tutela do judiciário na hora do voto. Precisa de liberdade para decidir.

Uma forma de evitar os efeitos perversos desta tutela seria aumentar a informação disponível ao eleitor acerca dos políticos com problemas na justiça, ainda que certos processos legais sejam fruto da perseguição local. O eleitor escolhe com as informações que recebe. Já uma possível solução para o problema da influência das oligarquias sobre os judiciários regionais seria, provavelmente, ter uma justiça mais rápida no nível federal que condene os políticos realmente corruptos e não aqueles que sofrem perseguições e são tidos localmente como corruptos.

A luta contra a corrupção no Brasil passa pelo respeito à escolha do eleitor, qualquer que ela seja, e ao candidato, quem quer que ele seja. Não passa pela tutela jurídica e pela força das oligarquias regionais travestidas de decisões legais que acabam rejeitando candidatos corajosos. Um único candidato contestador condenado por uma corte local manipulada pode ser a laranja podre que condenado todo o saco. A Lei da Ficha Limpa tem objetivos nobres que podem gerar efeitos perversos. ■

¹ Professor da FGV Direito-Rio

Pré-Sal: Um Tiro no Escuro

Catarina Freitas

Toda a discussão em torno da emenda Ibsen Pinheiro, que mobilizou o Rio de Janeiro e emocionou o governador Sérgio Cabral parece ser insignificante quando posta ao lado da fervorosa discussão no Congresso a respeito da mudança do atual Regime de Concessões para o proposto Regime de Partilha para a exploração do petróleo no Pré-Sal.

Nos debates eleitorais entre a candidata Dilma Rousseff e José Serra, a petista parece acusar o PSDB de querer “tirar o petróleo do povo” e privatizar a Petrobrás, que também diz ser do povo. Mas que conversa de maluco! Serra, incapaz de defender-se des-ses ataques esquizofrênicos do PT, deixa o eleitor confuso. Em primeiro lugar, a Petrobrás não é “do povo”, pois tem participação privada e capital aberto. Em segundo lugar, foi a privatização de muitas estatais, como a Vale, que garantiu o crescimento econômico do país e, com isso, uma maior qualidade de vida às pessoas. Em terceiro lugar, o atual regime de Concessões para a exploração de petróleo, criado durante a gestão de FHC e defendido por muitos PSDBistas, em hipótese alguma, “tira o petróleo do povo”, o que quer que isso signifique.

O Regime de Concessões para a exploração e comercialização do petróleo é utilizado por muitos países como a Inglaterra, os EUA e a Austrália. O Brasil incorporou a lei de concessões durante a administração de FHC, pela EC nº 9/95. Tal emenda mantém a pesquisa e lavra dos poços de petróleo como monopólio da União. No entanto, autoriza a contratação de empresas privadas para realizarem essa atividade. Ou seja, tais empresas podem explorar os poços de petróleo, que são bens públicos, por sua própria conta e risco e pelo prazo e condições estabelecidas. Em retorno, as empresas devem pagar a União pela concessão, através de impostos. Tudo isso é regulado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), criada junto com a emenda. A vantagem do modelo é que o Estado transfere os riscos para o setor privado, e recebe, em troca, dinheiro líquido, na forma de impostos, pela concessão. Esse dinheiro pode então ser investido na saúde, educação e outras políticas públicas.

O Regime de Partilha, cuja proposta tramita no Congresso, aumenta a atuação do Estado na atividade petrolífera. A União passa a ser a vendedora e exploradora de petróleo, que não sabe fazer bem, ao invés de ser a arrecadadora de tributos, atividade na qual já é experiente. Nesse regime, o petróleo é dividido entre o Governo e a Petrobrás, que é a empresa

responsável pela exploração. Cria também um fundo social para destinar os recursos à áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia, etc. Em tal regime, o Estado que determina a curva de produção e exploração do petróleo.

A proposta de mudança de regimes surgiu porque o Governo observou que o risco de extração do petróleo no Pré-Sal é mais baixo do que o normal e que, com isso, vale a pena a União assumi-los. Contudo, também devem ser levado em conta os imensos desafios tecnológicos, financeiros e logísticos que o Pré-Sal exige. Afinal, são poços a 7 mil metros de profundidade, a 300 quilômetros da costa e com investimentos de cerca de 1,5 trilhão de dólares, como explica o ex-presidente da ANP, Zylbersztajn. O país fica preso à capacidade da União de investir, gerir e vender o petróleo. A atuação estatal cresce muito, fica difícil de *accountabilizar* tudo, abrindo uma janela para a corrupção.

O Governo terá mais lucros com o petróleo através do Regime de Partilha? Não sei. Mas ao invés de receber dinheiro líquido e certo, através de tributos, para ser imediatamente investido em políticas públicas, o Governo deve esperar a extração e venda do petróleo, para então receber dinheiro. O retorno só virá daqui a dez anos, no mínimo. Até lá, só gastos. A economia se voltará quase totalmente ao petróleo, uma fonte de energia com os dias contados. Por que não investir em fontes de energia renováveis, que é onde os países desenvolvidos estão investindo? O petróleo já pertence ao passado, e, no entanto, ganha destaque na estratégia do Governo para o futuro. Por que esperar para investir na educação, saúde, saneamento e outras áreas daqui a dez anos? A geração atual, que faz, senta e espera? Como já dizia Cazuza, “O tempo não pára.” ■



<http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/2010/07/18/rede-globo-continua-sua-cruzada-contra-o-pre-sal-a-petrobras-e-o-brasil/plataforma-petroleo-petrobras-rj/>

Civilidade Incompleta

Guilherme Migliora

Durante esses últimos meses nossas vidas foram bombardeadas com promessas e mais promessas durante as campanhas eleitorais, promessas essas que em muitos casos não serão concretizadas e, na verdade, servem apenas para conquistar o eleitor. Logicamente, existe políticos que fogem desse perfil e buscam uma paridade entre suas promessas e suas verdadeiras ações. Contudo, isso se torna cada vez mais difícil, pois não há um filtro na sociedade que separe os discursos reais dos fantasiosos, culpa do próprio eleitorado que não busca se informar suficiente. Vale salientar o paradoxo presente no Brasil, pois apesar dessa situação, a nossa Constituição já mostra como é importante a participação na política, evidenciada no Art. 60, §4, II, que estabelece o voto (principal arma democrática) como cláusula pétrea.

Esse problema do eleitorado tem seu berço em duas características da sociedade brasileira atual. Primeiro, o fato da maioria esmagadora da população, principalmente os jovens, não expressar mais interesse em participar da política, o que é um aspecto fundamental para que a democracia funcione. Grande exemplo disso é o alto ativismo político que o Brasil viveu no final dos anos 80 e início dos 90, participação que causava um enorme incômodo na classe política e de certa forma dava mais controle da situação para o próprio cidadão. A segunda característica se refere aos problemas educacionais que o país vem tendo durante muito tempo. A educação, principalmente a pública, no Brasil, é um desastre e não dá nenhuma condição para o indivíduo se tornar um verdadeiro cidadão. Não o ensina a importância de sua manifestação como tal, e, principalmente, não mostra os meios pelos quais os cidadãos podem cobrar resultados dessa classe política.

Obviamente, o problema da educação é mais acentuado nas escolas públicas porque o ensino clássico é debilitado e faz com que seja mais difícil ainda a compreensão dos alunos da situação política atual. Todavia, existe também, em escolas particulares, um nível de educação cívica menor do que seria necessário para realmente criar uma nova geração de cidadãos ativos politicamente. Essa soma de fatores cria no jovem uma apatia muito grande, que em alguns casos pode ser revertida durante o ensino superior, caso haja um despertar do interesse político. Isso mostra como as duas características estão intimamente ligadas, sendo a educação a causa, e ao mesmo tempo a solução, da apatia política.

No entanto, essa situação gera uma grande inércia pois os indivíduos não tem a gana, nem sabem como cobrar por mudanças na educação. Enquanto não houver uma melhora na educação, esses mesmos indivíduos não mudarão, prendendo assim a democracia em um labirinto, aparentemente, sem saída. A possibilidade de mudança desse cenário está nas mãos dos entes privados, principalmente as universidades e instituições ligadas a elas, desse país, pois são os atores que tem o *know-how* e a possibilidade financeira de romper esse ciclo. Essas medidas podem tomar duas faces diferentes. Primeiro, seriam ações em que os entes privados cobrariam uma melhora na educação, por interesse próprio, assim, a universidade, por ter como principal objetivo a educação, teria um papel mais relevante ainda. Além de estimular a educação cívica na escola e, mais do que isso, cobrar que haja uma prestação de contas por parte do governo, criaria, assim, um cenário onde vigoraria o conceito, desenvolvido pelo ex-ministro Mangabeira Unger para promover a democracia participativa, o *accountability* político. Isso tem uma importância enorme, já que cria uma situação mais harmônica entre a classe política e os cidadãos, baseada em um princípio de reciprocidade.

Os entes privados também poderiam atuar como fornecedores de informação e se conectar com comunidades mais carentes para passar o *know-how* político a elas e, assim, a possibilidade e o dever de cobrar resultados melhores para as políticas implementadas pelo governo. Assim, melhoraria o *feedback* que a sociedade recebe e diminuiria o clientelismo, pois o cidadão perceberia que mais vale cobrar por resultados do que se contentar com meros “presentes”.

Com isso, é de se relevar a importância dos entes privados, e mais exclusivamente das instituições de ensino, na tarefa de acabar com a inércia e fazer com que a participação política e o comprometimento dos políticos chegue a níveis mais completos. O voto se tornaria mais rigoroso e se afastaria, cada vez mais, das bizarrices trazidas à tona com o resultado dessas eleições. Por fim, levando, no final do dia, a uma democracia mais estável e mais abrangente. ■

O Tício, O Mévio e os Novos Desafios da Academia Jurídica

Thiago Corrêa

COLUNA DE OPINIÃO

Por Quê?

Adriana Reino

A FGV Direito Rio é uma das poucas universidades no Brasil que aplica no seu ensino o método socrático. Quando ingressei na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em 2007, essa era uma das propostas diferenciadas e de maior importância para os alunos que almejavam ser mais críticos com relação ao ensinamento jurídico atual. Seria o fim da ditadura de Tício e Mévio na Academia Jurídica? Bom, ao menos não por enquanto, pois de lá para cá (hoje estou terminando o meu 7º período), esse entendimento permanece entre os recém chegados, mas os demais alunos tendem a abandonar esse lema com o passar dos anos.

A maioria dos alunos veio de escolas brasileiras, onde se aplica um método expositivo, no qual o professor é superior aos seus alunos e se limita a expor aquilo que eles devem aprender de acordo com a programação curricular. Por não compreenderem a correta finalidade desse método introduzido pelo filósofo Sócrates, ou seja, o da crítica e da contestação daquilo que nos é apresentado como verdade, os alunos e os professores da FGV Direito Rio vão desistindo, com o passar dos anos, de aplicar ativamente esse método diferenciado, por estarem, por vezes, mais acostumados a aplicar o método expositivo. Limitam-se a se preocupar em estarem preparados para provas de concursos públicos, Exame da Ordem e afins.

O que se deixam esquecer, ou o que jamais compreenderam, é que método socrático, em contrapartida, visa alcançar mais do que uma aprovação. Sua intenção é prepará-los para as relações da vida, de faculdade, trabalho, e capacitá-los para desafiar o mundo! Dito isto, o discurso caracterizado pelo constante questionamento e crítica vai além da reprodução de informação, como se faz no método expositivo, formando pensadores mais aptos a criticar as verdades impostas para evoluirmos intelectualmente em busca de novos paradigmas.

O professor não deve se limitar a ser mero interlocutor, tendo em vista a falta de familiaridade dos alunos com o referido método, devendo, do contrário, provocá-los e ser mais receptivo ao questionamento e dúvida dos alunos. Quanto aos últimos, estes devem ser provocadores do pensamento jurídico. Ou seja, devem ir além da mera reprodução de conhecimento, se diferenciando dos demais estudantes da Academia Jurídica, ao serem auto-reflexivos sobre determinadas informações e, com isso, mudarem determinados preconceitos

“O destino de uma Faculdade é o destino do Direito, a que ela serve.”¹

“E, contudo, penso que uma Universidade salvaria o Brasil. É preciso fazê-la. É preciso fazê-la, custe o que custar.”²

A hora é propícia para o debate. Chegado o tempo das eleições, é sempre importante que se faça uma análise sobre as principais questões e desafios contra os quais o país se depara. Uma dessas questões é, justamente, sobre o papel exercido pela educação, na sociedade, aproveitando-se para lamentar, no entanto, a falta de seriedade com que esse tema vem sendo tratado por todos nós.

Nesse contexto, e, subjugada à quase inexistência, encontra-se a nossa academia jurídica. Causa vergonha o completo esquecimento a que nossas escolas vêm sendo submetidas. Elas não passam, hoje, de sombras de um passado glorioso.

Chegou-se a ponto de, recentemente, um Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro demonstrar-se inconsolável com o que considera a “ditadura dos economistas” vivida no Brasil.

Segundo ele, ao longo dos últimos trinta anos, o Direito, como ramo autônomo das Ciências Humanas teria perdido seu espaço em favor de outro —o das econômicas—, mais ágil e capaz de legitimar as relações sociais.

Exageros à parte, não se duvida, no entanto, da perda do poder criador do Direito como meio legítimo de controle social. E tal fenômeno, longe de enigmático quanto às suas causas, pode, muito bem, ser explicado pelo declínio gradativo dos centros de aperfeiçoamento e profusão do ensino jurídico no Brasil.

Mas, percebe-se: o definhamento dos valores educacionais não é privilégio dos dias de hoje. O Professor San Tiago Dantas, durante seus mais de 25 anos de contribuição à difusão do conhecimento, mostrara-se ferrenho crítico do modo infértil de ensino adotado por nossas escolas, principalmente das de Direito:

“É certo que na perda de poder criador da sociedade, a universidade tem a confessar grandes culpas. Se há problemas novos sem solução técnica adequada; se há problemas antigos, anteriormente resolvidos, cujas soluções se tornaram obsoletas sem serem oportunamente substituídas; se aparecem novas técnicas, que o nosso meio não aprendeu e assimilou; em grande parte isso se deve ao alheamento e à burocratização estéril de nossas escolas, que passaram a ser meros centros de transmissão de conhecimentos tradicionais, desertando o debate dos problemas vivos, o exame das questões permanentes ou

¹ San Tiago Dantas in “Discurso pela Renovação do Direito”

² Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda in “As novidades literárias, artísticas e científicas”

e melhorarem as condições e relações sociais nas quais vivemos.

No que tange a sua forma de avaliação, esta também deve ser diferenciada. Ou seja, incluir a elaboração de trabalhos escritos, onde o aluno é obrigado não só a estudar a fundo determinado assunto, mas, principalmente, a questioná-lo por meio de uma tese própria. Não se trata tanto de comparar o desempenho dos alunos, mas de prestigiar as suas contribuições e as suas capacidades de pensar criticamente e trazer para a sala de aula questões controversas, pensamentos próprios e debater o conhecimento paradigmático. Prestigia-se a capacidade do aluno em se tornar um think-tank e não a sua capacidade de reproduzir um conhecimento que lhe é passado como absoluto e certo, por meio de provas escritas e comparativas, como ocorre nas aulas que aplicam o método expositivo.

Daí, argumentaria Tício, que de nada adianta questionar os paradigmas e a sociedade para se passar num concurso para a magistratura! Segundo ele, precisamos é de aulas expositivas para passarmos na referida prova. Bom, mas e uma vez que passarmos na prova e tornarmos-nos juizes? Não vamos ter desenvolvido até então a capacidade intelectual própria. Seríamos, cada um de nós, um peixe num oceano de cardumes. Afinal de contas, para passar em provas como as de concursos públicos e Ordem dos Advogados, basta fazer um bom cursinho ou ter um bom livro. Qualquer um consegue reproduzir informação e decorar, que é o que se exige nessas provas. Difícil é se tornar um indivíduo que vá desafiar a realidade em prol de soluções mais eficientes e mais vantajosas para a evolução dos sistemas.

Portanto, pense que quando a Escola de Direito visa implementar um ensino de educação que valoriza o método socrático, ela quer valorizar e otimizar a experiência do aluno. Ela quer ser revolucionária a ponto de derrubar anos de tirania de Tício e Mévio na Academia Jurídica! É verdade que, para isso, a escola ainda terá que adequar uma variedade de vertentes que ainda se prendem a um sistema de ensino expositivo, muito característico do ensino brasileiro.

É muito fácil desistir do caminho mais difícil, aquele no qual remamos contra a corrente de uma sociedade, e tomar o mais curto e fácil, ou seja, o de se tornar como as demais instituições de ensino brasileiras que reproduzem informação e apenas esperam que o aluno assimile e aprenda referida informação. Contudo, essa função as demais instituições ainda podem exercer melhor do que a FGV Direito Rio, pois contam com um excelente corpo docente de juristas e doutrinadores renomados que ditam, eles próprios, esses paradigmas impostos pela atual Academia. Por isso, a FGV aposta no diferencial, na sua formação como aluno e indivíduo capaz de criticar tudo aquilo que lhe é ensinado. Por isso, não queira ser um mero reproduutor de verdades, mas sim um produtor de verdades. Busque novas realidades e novos pensamentos para uma evolução do ensinamento jurídico ou qualquer outra área de seu interesse e, com isso, contribua para o crescimento do Brasil. ■

momentâneas de que depende a expansão, e mesmo a existência da comunidade.”¹

Bem vistas as coisas, a percepção de San Tiago Dantas, em 1955, é facilmente constatada, hoje, através da perda de “*terreno e prestígio [do Direito] para outras técnicas, menos dominadas pelo princípio ético, e dotadas de grau mais elevado de eficiência.*”² (uma “ditadura dos economistas”?).

Convergente com as idéias de San Tiago Dantas, e divergente em relação à massa dos pseudo juristas nacionais, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, ao ser indagado sobre o ensino do Direito no Brasil, desgostosamente respondeu:

“Não quero falar do que quase não existe. O ensino do Direito pode-se dizer que não se faz aqui. E o mesmo, quase o mesmo, se poderá dizer de todo o ensino na Universidade. Há somente professores notáveis e estudantes notabilíssimos.”³

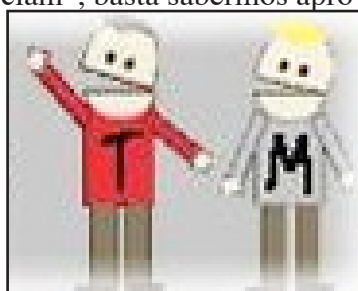
Essas palavras fazem todo o sentido, já que, são, de fato, notabilíssimos os alunos que conseguem desgarrar-se da falta de originalidade e do lugar-comum que contaminaram as nossas universidades, para, em seguida, fomentar o “poder criador da sociedade”.

Para que o Direito recupere a sua força, as nossas escolas devem confrontar seus alunos, cada vez menos com respostas, e cada vez mais com perguntas. As verdadeiras respostas, aquelas que ajudarão a solucionar os intrincados problemas do nosso país, não mais se encontram nos livros ou em vagas teorias legais, mas sim nas mentes criativas de nossa academia.

Nossas escolas devem se tornar centros vivos de transmissão do conhecimento. Devem, a partir dos estímulos sociais que recebem, formular respostas hábeis a interferir eficazmente no meio social.

Imaginar uma escola de Direito insensível ao correr da História é confessar a decadência dessa ciência que, até bem pouco tempo atrás, nos fornecia nossos maiores pensadores. As eternas disputas entre Tício e Mévio não devem ser mais o objeto dos nossos estudos.

Cabe a nós, alunos e professores, revertermos essa situação. “Para uma escola de Direito viva, o mundo de hoje oferece um panorama de cujo esplendor raras gerações de juristas se beneficiam”, basta sabermos aproveitar. ■



<http://tailinehijaz.wordpress.com/2009/10/02/caio-ticio-e-mevio-os-maiores-meliantes-da-doutrina-juridica/>

¹ San Tiago Dantas in “Palavras de um Professor”; Rio de Janeiro; 2001; ed. Forense; 2ªed.; p.57

² op. cit. p. 58

Thiago Filippa

<http://ecocuriosoblog.blogspot.com/2010/03/lista-dos-varios-impostos.html>

O Novo Código “Ruralista” Florestal

Catarina Freitas



<http://territorioanimal.wordpress.com/2010/08/05/cientistas-afirmamnovo-codigo-florestal-ameaca-especies/>

No Brasil, seja durante a Colônia, o Império ou a República, o proprietário nunca foi livre para fazer o que quisesse com a vegetação nativa de sua propriedade. O Estado Brasileiro sempre impôs limites a ele, diferente dos Estados Unidos. O primeiro Código Florestal brasileiro data de 1934, e seu objetivo maior era preservar a fauna e a flora em suas funções básicas diversas, seja em áreas públicas, seja em áreas privadas. O que ocorria na época era uma rápida apropriação de terras que eram públicas por entes privados, e o Estado queria limitar essas apropriações de modo que o ecossistema não ficasse muito prejudicado. Infelizmente, a sua inobservância era comum. Em 1950 o então presidente Dutra, insatisfeito com o descumprimento geral da lei florestal, enviou um novo projeto ao Congresso. Assim, em 1965 foi sancionado um novo Código Florestal, vigente até hoje. De 1965 até 2000 a lei sofreu muitas alterações que corrigiram falhas e criaram mais restrições, passando por uma profunda reforma em 2000. Hoje tramita no Congresso o projeto de lei para um Novo Código Florestal que tem gerado fervoroso debate entre os congressistas, ruralistas, membros da comunidade científica e a própria sociedade.

O grande problema das leis ambientais não é as leis em si, mas o alto grau de descumprimento destas. As penalidades para os crimes ambientais não são suficientemente rigorosas para que seu descumprimento seja temido. Similarmente, a baixa fiscalização facilita a que fazendeiros e empresas desmatem e poluam mais do que é permitido, impunemente. A estrutura de fiscalização do poder público é pequena diante da dimensão territorial brasileira. Ademais, as leis parecem não se adequar com a realidade do país já que 95% da agricultura familiar opera na ilegalidade.

Diante desses graves problemas, a demanda por novas leis é alta. A grande dificuldade é satisfazer tanto os ecologistas e ambientalistas quanto os ruralistas.

Antes de entrar no debate, analisando ambos os lados, vale destacar alguns fatos. O Brasil é um dos principais exportadores de grãos no mundo, ao lado dos EUA, Canadá, Austrália, Argentina e União Européia. Seu potencial de ser o provedor de alimentos para o mundo no futuro é alto, pois tem ampla extensão territorial e reservas de águas, pode ainda crescer em produtividade agrícola e pecuária sem depender de grande subsídio estatal (como é na Europa). Tais características são extremamente importantes num contexto mundial de crescimento populacional e escassez de terras aráveis. Todavia, a sociedade tem se conscientizado mais em relação à proteção do meio-ambiente, temendo o aquecimento global e a extinção de espécies da fauna e da flora. Essa preocupação é presente e forte tanto em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, como o Brasil. É em tal contexto que nossos legisladores se encontram: tentando compatibilizar o crescimento econômico (especialmente no setor agropecuário) com uma alta demanda nacional e mundial de preservação dos ecossistemas.

Os pequenos agricultores protestam contra as atuais leis que só os permitem desmatar 20% de sua propriedade, limitando a sua produção a 20% da capacidade total, mas ainda pagando pelos 80% das terras que não podem explorar. Argumentam que é uma medida desproporcional imposta por estados ricos, que já não podem mais desmatar, aos estados mais pobres, que dependem da agricultura como principal fonte de renda. Justificam então o não-cumprimento de tais leis, por não serem compatíveis com a realidade rural.

A comunidade científica também tem criticado muito a legislação ambiental atual. Enfatizam que ela tem forte carga ideológica e uma fraca base científica e que por isso não é adequada e nem realista. Um exemplo disso é que o atual Código permite a compensação de uma área desmatada com a preservação de outra área dentro do mesmo bioma. Isso constitui um erro grave, pois uma espécie que habita um local pode não necessariamente viver em outro. Um outro exemplo pode ser observado na legislação que concerne projetos de agricultura irrigada, que requer legislação específica e mais técnica, porque o mal uso da água na irrigação cria o escoamento superficial, que causa erosões, e a contaminação de águas subterrâneas pe-

los agroquímicos.

O Novo Código traz novas propostas de mudanças. Aqui, discutirei três.

A primeira proposta de mudança dispensa as pequenas propriedades de possuir uma reserva legal (Código Florestal, em seu art. 1º, §2º, III, (área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas). Algumas propriedades podem, segundo o texto proposto, incluir a reserva legal dentro da Área de Preservação Permanente (APPs). Tal ponto é amplamente criticado pelos ambientalistas por justamente liberar propriedades de até 400 hectares de manter uma área preservada, o que permite, agora legalmente, um maior desmatamento. Por outro lado, tal proposta regulariza a situação dos pequenos produtores que estão na ilegalidade, na sua grande maioria. A mudança da lei é o argumento principal para adequar a legislação à situação real do país de forma a haver um maior incentivo para o seu cumprimento e uma maior segurança jurídica aos proprietários de terra.

A segunda proposta de mudança faz com que topos de morros e várzeas deixem de ser APPs, e reduz a faixa mínima obrigatória de mata ciliar dos atuais 30 para 15 metros. Tal proposta é a mais criticada pela comunidade científica. Eles argumentam que a falta de cobertura vegetal ciliar levaria à morte diversas espécies de peixes, em razão da maior exposição solar. Os anfíbios também estariam ameaçados, por perder grande parte de seu habitat. A ausência de anfíbios e peixes levaria a um aumento da população

de insetos, resultando em uma maior necessidade de agrotóxicos.

A terceira proposta de mudança prevê a anistia para produtores rurais que cometeram crimes ambientais até julho de 2008, permitindo-os continuar com suas atividades na reserva legal ou nas APPs até a elaboração do Programa de Regularização Ambiental. Tal medida privilegia quem atuou na ilegalidade e prejudica os produtores que buscaram cumprir as normas, ainda que sendo a minoria. Por outro lado, ela beneficia muitos produtores rurais, especialmente no Rio Grande do Sul, pois legaliza a situação deles.

Aprovada na Câmara, o projeto do novo Código Florestal segue para votação no plenário após as eleições.

O atual projeto, da forma que está, abrange apenas um lado dos interesses que envolvem a questão agrícola e ambiental. Não se evita nem controla o alto grau de desmatamento apenas legalizando-o. Fazendo-o apenas concede segurança jurídica aos que já desmatavam e ainda permite a outros que o pratiquem. Sim, é necessária uma reforma do atual Código, ou talvez um projeto novo. Mas este deve contemplar e harmonizar todas as vontades em conflito. Mais importante, é fundamental que o Poder Executivo dê continuidade às novas propostas e invista mais na fiscalização do meio-ambiente.

O crescimento econômico do país e dos estados-parte não pode ocorrer em detrimento da degradação do meio-ambiente. Mas a proteção ao meio-ambiente também não pode impossibilitar os agricultores de exercerem sua atividade lucrativamente e impedir o desenvolvimento do próprio país. Resta a esperança de que o projeto ainda sofra muitas modificações antes de entrar em vigor, caso ocorra. ■

Operação BICICLETA!

Adriana Reino

O Brasil vive seu grande momento de expansão numa ação de desenvolvimento desenfreado. Contudo, é importante desde logo salientar para a necessidade desse desenvolvimento se dar de forma sustentável, principalmente, considerando o seu grande potencial para a produção de energias renováveis. Logo, o país tem que quebrar o eterno paradigma que os países em desenvolvimento devem poluir exageradamente para evoluírem e, portanto, procurar incentivar políticas de meio ambiente que promovam um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Esse incentivo poderia ser feito de modo a beneficiar toda a sociedade em outros aspectos mais amplos, como por exemplo, através de um aprimoramento do plano de

transportes das principais cidades do país, atualmente congestionadas de trânsito e, conseqüentemente, gás carbônico.

O Rio de Janeiro é uma cidade que proporciona aos seus habitantes um contato diário com a natureza, de modo que o carioca é privilegiado por viver numa cidade com uma geografia e ambiente natural ímpar, e, por isso, deveria se valer do uso de transportes alternativos tais como as bicicletas. Isso resolveria os problemas que enfrentam com o trânsito atualmente e com a ineficiência dos transportes públicos. Uma pesquisa feita pelo ONG Transporte Ativo em 2009 concluiu que a bicicleta é o meio de transporte com melhor desempenho quando comparada a um carro,



créditos: <http://www.zae.com.br/zaerio/home.asp>

moto, metro, ônibus ou a pé na hora do rush, considerando o tempo gasto no trajeto, o preço de manutenção e a poluição atmosférica. Ademais, o seu uso aumenta em até 4 anos a expectativa de vida do homem médio, trazendo muitos benefícios à saúde. Esse fator é especialmente importante para os alunos da Fundação Getúlio Vargas, uma vez que o campus não estimula um exercício físico diário. A escada é circular, o que dificulta a descida de muitos andares, e ficamos a maior parte do tempo sentados em sala, ou quando muito descemos, de elevador, para comer alguma coisa muito perto do prédio principal. Com o início do estágio, a inércia piora!

A verdade é que desde que o escritório de advocacia no qual eu trabalho se mudou do Centro para a Zona Sul eu comecei a considerar passar a utilizar esse meio de transporte diariamente, já que agora estava bem perto de casa. A princípio seria uma escolha simples, sem grandes ponderações, até que o Felipe Palma, meu colega de trabalho que pedala 24km diários de sua casa na Tijuca até o escritório no Humaitá (e eu ia pedalar só 4km!), me alertou para uma série de fatores importantes, ressaltando para o fato do ciclista ser considerado um total invasor pelos motoristas de veículos automotores, quando trafega pela direita, no sentido da via, sendo constantemente espremido contra o meio fio. Ele me explicou que acaba usando a bicicleta mesmo assim como uma forma de protesto político para chamar a atenção da viabilidade de uso de bicicletas diariamente, o que ele garante que é uma forma de viver com mais plenitude e liberdade, já

que além de desfrutar do ambiente natural da cidade, lhe garante uma excelente forma física (meninas, pernas saradas para o verão)!

Bom, bastante motivada pelo Felipe, procurei estudar mais a fundo os prós e contras da utilização da bicicleta, enquanto esperava passar a onda de assaltos na Lagoa Rodrigo de Freitas. O que foi feito efetivamente até agora para a promoção do seu uso? Primeiramente podemos identificar que houve uma expansão dos bicicletários disponibilizados na cidade, incluindo também a adoção do modelo de *Vélib* parisiense na orla da Zona Sul, a qual dispõe de estações de aluguel de bicicletas. Adicionalmente, hoje, contamos com uma programação do *Rio Night Bikers*, um passeio noturno pela orla do Rio promovido pela seguradora Sul America.

Já os principais problemas da adoção de uso de bicicletas se resumem na falta de educação dos motoristas no trânsito, na inexistência de faixas compartilhadas e insegurança. É importante salientar que pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, os bordos das pistas de rolamento podem ser utilizados pelas bicicletas, tendo preferência sobre os carros. Contudo, elas impedem o trânsito de pedestres, tanto que acabam sendo utilizadas como extensão da calçada pelos mesmos. Ademais, o passeio de bicicleta pela cidade sempre acaba sendo arriscado já que existem muitas partes da cidade que sofrem de iluminação precária e são muito desertas, promovendo maiores condições para assaltos aos menos acelerados.

Dito isto, para que a cidade estimule o uso de bicicletas como um meio de transporte alternativo e não-poluente, ela tem que, necessariamente, desenvolver faixas compartilhadas determinadas e devidamente sinalizadas, melhorar as suas ciclovias e aumentar o policiamento no trânsito. Até hoje, o motorista carioca dirige com o lema de jeitinho brasileiro e trata o ciclista como um invasor da via. Quanto a segurança, os apaixonados por futebol não deixam de ir ao Maracanã, do mesmo modo, os amantes da qualidade de vida não podem desistir de pedalar. Assim, eu já decidi que vou começar frequentando as pedaladas noturnas promovidas pelo *Rio Night Bikers* para, então, me aventurar pelas faixas de rolamento.

E você? ■

¹ Agradecimentos especiais à Felipe Palma, que contribuiu para a elaboração deste artigo.

Tropa de Elite 2 - Aonde está indo parar nossa voz?

João Marcelo Lima



“It is, of course, always in the interests of those who have and wish to maintain political power to believe in the system which has given them power”

- Robin Osborne

No último mês, o Brasil se direcionou às salas de cinema para ver *Tropa de Elite 2*, de José Padilha. Reações parecidas. Caras indignadas, cansadas e, pior, conformadas. Não é nada novo, que não saibamos. Não é nada, em absoluto, que não esperávamos. E a pergunta vem com uma obviedade desconfortante. A resposta ninguém sabe. Que país é esse?

O Capitão Nascimento representa você, sentado na sala de cinema, com a pipoca no colo. Você, eleitor, pára de participar de decisões que impactam a sua vida segundos depois. Você está amarrado aos botões da urna eleitoral.

O Capitão Nascimento é o brasileiro submetido ao nosso sistema, articulador de interesses pessoais na esfera pública e encontra-se numa situação na qual ele acredita ser capaz de fazer mudanças significativas, servir ao povo, e não à oligarquia que é o poder estatal. Nota-se porém, no final do filme, que não importa quanto se esforce o Subsecretário de Inteligência, tampouco o quanto pressiona o Deputado Estadual Fraga, que o apoia. Por mais que os dois, em tese, representantes do povo, se movimentem para acabar com a corrupção, ilegalidades, arbitrariedades do sistema, suas vozes terminam sendo nada além da primeira capa de jornais de pequena circulação.

O brasileiro é, de fato, impotente perante o governo eleito, que, como analisado pelo filme, se articula em campanhas fervorosas, otimistas e revolucionárias para conseguir seu alimento que lhe dá vida:

o voto. Não é de se estranhar a extrema falta de liberdade e impotência que sentimos ao sair da sala de cinema. Vivemos em uma democracia liberal, multipartidária, representativa, e por mais que tenhamos vários adjetivos pomposos, não somos a democracia madura que os políticos sustentam, logo, não avançamos. Somos representativos, mas as oligarquias continuam no poder. Somos multipartidários, não para nos representarmos melhor, mas para incluir mais oligarquias. Somos democráticos ao ponto de dar voz às oligarquias.

Na verdade, qual é a diferença entre manter o poder por voto e mantê-lo por negligência? Vemos, no filme, que pouco importam os números que você aperta na urna. Os resultados são os mesmos desde 1500! É o novo Estado Leviatã, melhorado, mais sofisticado, agora com o poder até de conquistar votos por meio de poderes paralelos, argumentos *ad naseum* e consolidação da “sensação de falta de opção”.

Terminamos elegendo quem se apresenta em campanha. Campanha custa caro. Exige empréstimos. Quem tem dinheiro não abre mão de capital se o investimento não for rentável. O lucro não vem em reais, vem em privilégios que terminam virando reais, dólares, libras, muita grana. Até onde chega este absurdo?

O Brasil, assim como qualquer sistema democrático que lhe assemelhe, está em debate intelectual há tempos. Sobre a engenharia institucional, para atribuir mais poder ao povo e tirá-lo do Estado, como sustenta o ilustríssimo jurista Raimundo Faoro. Devemos aumentar o número de deputados, tornamos as eleições distritais, acabamos com o Senado, eliminamos cargos de confiança, reduzimos a independência dos juízes, paramos de abrir embaixadas onde não haja sombra de interesse brasileiro, introduzimos “leis de ficha limpa”, botamos, como foi vontade de Ulysses Guimarães em seu discurso de entrega da nossa nova Constituição ao povo, os corruptos na cadeia? Se você assistiu *Tropa de Elite 2*, concluirá que não faz diferença alguma. E isso a juventude já entendeu.

Somos acusados de despolitizados e ultra técnicos. Eu digo que somos realistas. Ao entender que revoluções montam sistemas novos que encontram novas maneiras de reprimir e gerar discricionariedade, que ignoram o interesse do povo e fortalecem a situação política do país, podemos afirmar que não importa a quantidade de reformas políticas que pretendem, nobremente, restringir e limitar o poder do Estado, que nada mais é do que sua arbitrariedade. O

Estado monopoliza o uso legítimo da força, e o exerce como meio coativo para exigir a observância estrita do contrato que destrói nossa liberdade e autonomia para com ele: o famoso contrato social, ao qual estamos todos submetidos. O governo recebe votos, legitima suas ações pelo apoio popular proveniente do voto, e garante que suas ações mantenham sempre apoio popular por meio do monopólio do uso legítimo da força (entre legalidades e ilegalidades, como vemos no filme, pois a milícia nada mais é que um braço do Estado, estendido ao ponto de monopolizar a força dentro de comunidades paralelas ao Estado soberano). O Estado, o governo, é inbatível e nem mesmo o Bope consegue vencê-lo.

O brasileiro é tratado como cego e burro. O desrespeito que os governantes têm para com *accountability* e moralidade na administração pública não é surpreendente. Montesquieu, entre outros, deu o diagnóstico há já muito tempo: o poder gera abuso. Não se pode pedir ao amigo gordo (o representante eleito que for) que fique vigiando o bolo enquanto os outros (o povo) não estão. Volte depois de quatro anos para ver quanto vai sobrar.

O bolo nada mais é do que o seu dinheiro (tributo), sua liberdade (direitos, deveres, dignidade) e seus interesses. Deveria permanecer intacto, ou ser transformado em um bolo muito maior e mais saboroso, com muito mais valor. Essa é a verdadeira função do Estado. Pautar-se, em todas as suas ações, pela dignidade da pessoa humana, segundo o interesse do povo, para o povo. Mas é inevitável que nosso bolo termine sendo comido! É natural e humano! Temos que entender que segurar o bolo durante quatro anos é difícil. O pobre coitado não pode morrer de fome. E ele ao lado do bolo não sente só fome, como nós, mas gula.

O problema é que escutamos todos os dias na TV, para o horror dos brasileiros e, em especial, dos ex-presidentes, que “nunca antes neste país...”! Dá para acreditar em tamanha sem-vergonhice? Depois não entendem porque tanta gente não quer votar, está indecisa, ou vota em massa a favor da única candidata que traria algo de novo para o cenário político.

As eleições de 2010 não tem nada de “nunca antes neste país...!”, senhor Luís Inácio Lula da Silva. “O senhor é um fanfarrão”, como diria nosso querido e tão apoiado Capitão Nascimento. Nosso maior poeta, Ferreira Gullar, deixou claro em uma entrevista recente à Folha de São Paulo que a única coisa positiva destas eleições de 2010 seria que a partir do dia 1 de janeiro não ligariamos mais a televisão para ver o presidente Lula dizendo coisas que atentassem contra a nossa inteligência. Por mais que

a sociedade civil tente estender sua participação na política, por meio de Fichas Limpas, Controles Externos do Judiciário (CNJ), Corregedorias aqui e ali, controles externos ferem autonomia de poderes, Corregedorias ameaçam capacidades autoadministrativas de órgãos públicos e Fichas Limpas vão contra um tal de artigo quinto de nossa Constituição. Dá para sentir a impotência perante a máquina de controle social? O Estado exerce poder, repressão, arbitrariedade, e em vista de reação da sociedade, usa-se do arcabouço legal criado para proteger-nos de suas arbitrariedades e se safar. E nós não podemos fazer senão aceitar. E isso o *Tropa de Elite 2* deixa bem claro.

As eleições de 2010 não trazem nada de novo: mais se assemelham a um concurso de beleza, único momento em que o feio tem algum tipo de poder sobre as beldades pela votação. Mas por mais que o feio vote contra quem ganhou ano passado, outra, tão bonitona quanto, irá aparecer, ganhar, tomar posse com frases tocantes e profundas, e sua vida continuará a mesma, até o próximo concurso de beleza. Muda a modelo de loira para morena, mas você não sabe qual é a mais bonita. Todas lhe comentam suas extremas preocupações, de tirar o sono, com a pobreza no mundo, as privatizações, os menininhos africanos famintos, o bolsa família, a paz mundial, a Convenção de Copenhague, a dívida do FMI, os genéricos e sua importância, o quão necessário são as obras do PAC, as rodovias, e as mil maravilhas que mudam vidas e alegrem a todos. Não é de se espantar, ó eleitor. Se todas as nossas beldades, há anos, eleitas ou não, dizem as mesmas coisas, preocupam-se pelos mesmos “problemas”, e prometem as mesmas coisas, resolvê-los da mesma maneira, o que lhe faz pensar que não vão recorrentemente exercer os mesmos mandatos com, tirando um detalhe daqui e dali, os mesmos fracassos, que nos são tão conhecidos?

Tropa de Elite 2, não perca.

Nova diretriz: a população precisa se lembrar em quem votou, e fiscalizá-lo durante todo o seu mandato, não basta transparência sem mobilização a um fim paupável e concreto. Não devemos nos desesperar, perder confiança e vontade de continuar tentando mudar e transferir o poder para a sociedade civil. Os métodos, instrumentos, ideologias, para alcançar autonomia do domínio estatal não são claros, mas não podemos negligenciar a situação política! Para encerrar os governantes abusivos, basta soltar a emblemática frase: “Quer me f***r, me beija! ■



FAROESTE SPAGUETTI

Uma passagem “ao sugo” pela terra na qual a única lei é a do chumbo

Antônio Bastos

Estamos em uma estação de trem vazia e empoeirada, sob um sol abrasador numa terra desértica. Um homem, vestindo um sobretudo, com um chapéu na cabeça e um revólver na mão, está preguiçosamente sentado espantando uma mosca, quando ouve o apito de um trem chegando. Ele faz um sinal para outros dois homens, que colocam seus chapéus e carregam suas armas, andando lentamente com cara de poucos amigos em direção ao trem que está vagarosamente freando. Os três se entreolham quando o trem finalmente pára. Subitamente, uma porta é aberta, atraindo suas atenções e levando seus dedos aos coldres de suas armas, mas da porta somente é jogada uma mala. O trem começa a partir. Um dos homens faz um sinal de cabeça para todos irem embora desapontados, virando suas costas para o trem que parte, até ouvirem o som leve de uma gaita, fazendo-os parar. Ao se virarem, notam um homem que estava do outro lado do trem que partiu, com uma gaita nos lábios. A música cresce enquanto a tensão aumenta.

O homem com uma gaita pergunta aos outros três, que não parecem nem um pouco amigáveis: “Você é Frank?”, ouvindo “Não, Frank nos mandou.”. “Vocês me trazem um cavalo?” – seu interlocutor olha para trás, onde estão parados apenas três cavalos, antes de responder “Parece que está faltando um”. O outro responde na lata: “Na verdade, há dois a mais”. Os três homens não ficam felizes com a resposta, fazendo caras feias. Tensão crescente. Numa fração de segundo, o homem da gaita saca a pistola com três disparos certos, atingindo os três homens antes que eles consigam sacar, fazendo dois deles beijar o chão, enquanto o terceiro homem atingido consegue levantar sua arma antes de cair, atingindo com chumbo grosso seu oponente, que também é derrubado, mas consegue abrir os olhos um tempo depois, mostrando que sobreviveu ao impacto. Um cavalo relincha, e após essa explosão de violência, o único som na estação é de uma roda de metal ao vento.

Essa é a eletrizante e genial cena inicial do filme *Era uma vez no Oeste*, uma das obras-primas do gênero conhecido como *Faroeste Spaguetti*. Ela nos mostra diversos elementos que fazem deste gênero cinematográfico ser único e tão apaixonante, como o

papel central da música, o enquadramento fotográfico, a ênfase no subjetivismo dos personagens, os diálogos impactantes e toda sua linguagem própria. Para inaugurar em nossa amada revista “O Gerifalte” um espaço destinado às diversas mídias (música, livros, filmes, etc.), escolhi dar uma introdução a esse gênero de grande fôlego, produzido pelos italianos (daí a denominação *spaguetti*) de aproximadamente 1963 até 1976. Além disso, outro fator que me motivou ao tema foi a exibição no Rio de Janeiro da mostra cinematográfica “*Faroeste Spaguetti – O banguê-banguê à italiana*”, patrocinada pelo Banco do Brasil e exibida no Centro Cultural Banco do Brasil de 24 de agosto até 10 de setembro. Essa mostra era composta de 20 dos melhores filmes já produzidos do gênero, e tinha como objetivo resgatar, homenagear e difundir o *faroeste spaguetti*, objetivos estes compartilhados por este artigo. Para não ficar feio numa revista de alunos de direito, também irei fazer porcosamente uma relação desses *faroestes* com o direito, o *rule of law*, a teoria hobbesiana, a análise kelseniana das normas, doutrinares¹ e jurisprudência², tudo devidamente fundamentado com notas de rodapé³.

Os italianos possuem, realmente, uma estranha fascinação pelo velho oeste. Num ínterim de 14 anos, foram produzidos em ritmo acelerado mais de 600 filmes com a temática de *faroeste*, que conquistaram sucesso no mundo todo, inclusive no Brasil. Nas palavras de Alexandre Sivolella, curador da referida mostra “*Faroeste Spaguetti*”, esse gênero encontrou terreno fértil para o crescimento com o declínio da produção de *faroestes* americanos da era de John Wayne no final anos 50, que passaram a não ser mais tão lucrativos, devido entre outros fatores, à concorrência da televisão e à perda de público para outros tipos de filme. No entanto, a demanda na Europa continuava, e após algumas tentativas nos anos 50 e nos começos do 60, o gênero explodiu com o sucesso estrondoso do filme *Por um punhado de dólares*, dirigido por Sergio Leone, estrelado por Clint Eastwood no papel do arquétipo “homem sem nome” e temperado magistralmente pela música de Ennio Morricone – considero esses três uma espécie de tríade mística do *spaguetti*. No embalo desse sucesso, passaram a ser

¹ MORAES, Maria Celina Bodin e AFFONSO, ... Mentira, não vou fazer relação com doutrinadores. Te peguei.

² Id., ibd., nem com jurisprudência

³ Mentira também. Nesse caso, só tem valor cômico. E como uma piada não funciona duas vezes contra um cavaleiro, não vou mais repeti-la, levando ao fim das notas de rodapé nesse texto.

produzidos todos os outros, uns fenomenais e outros nem tanto.

O marco inicial desse subgênero também foi o primeiro filme da chamada “trilogia dos dólares”, todos feitos pela mesma tríade mística. Esses filmes são talvez os mais famosos e dos melhores spaguetti já feitos, extremamente emocionantes, divertidos e ao mesmo tempo com uma sensibilidade e um olhar único, além de elementos inovadores no enredo, na música e fotografia, praticamente criando a linguagem do gênero. Os outros dois são “Por uns dólares a mais” e “Três homens em conflito” (ou O bom, o mau e o feio), este último uma obra-prima sensacional do mesmo nível de “O Poderoso Chefão”, que deveria ser matéria obrigatória na escola ou na faculdade (depois eu sugiro uma ATC sobre ele). São estrelados por Clint Eastwood, em pleno auge de seu vigor, no papel do “homem sem nome”, um pistoleiro durão e ímpar sem nenhum moral além da busca incessante por dólares, de gatilho rápido, poucas palavras e muitas balas. Ao contrário do que acontecia no faroeste americano, que tinha a intenção de passar uma lição moral pela história, colocando sempre um protagonista bonzinho e de ótimo caráter em conflito com os vilões, formando uma história linear preto-no-branco de “mocinho versus bandido”, no faoeste spaguetti não havia essa preocupação. Era um oeste menos idealizado, mais duro e violento, no qual o protagonista praticava muitas vezes atos egoístas e de anti-herói. O “Homem sem nome” se enquadra nesse perfil, embora não pratique nenhuma crueldade propriamente dita como outros personagens em seus filmes, e até mesmo pratique às vezes atos de bondade e caridade, como oferecer seu charuto-símbolo para um soldado moribundo dar sua última tragada, em o “Três homens em conflitos”. Quando ele fala, suas frases são épicas, como “prepare três caixões, Joe” (para o coveiro) e depois “Falha minha, quatro caixões” ao calcular errado o número de pessoas que não iriam se desculpar com ele. Seu jeito confiante e desinteressado, suas sacadas rápidas e certas serviram como base para muitos outros protagonistas. O personagem, com sua barba mal-feita, seu chapéu, charuto e um olhar ameaçador, vestindo um poncho com um casaco de pele de carneiro por baixo é o grande símbolo do faroeste spaguetti.

A música exerce um papel central nesses filmes, atuando em primeiro plano junto com os protagonistas, construindo as emoções das cenas e as tensões nos conflitos e duelos. Em vários momentos ela explode na tela, fazendo alguns das melhores cenas do cinema. O grande gênio da música do Spaguetti é Ennio Morricone, uma verdadeira força da natureza, espécie

de Caio Mário da trilha sonora, que criou uma música que capta como nenhuma outra o espírito, a imensidão e as esperanças dessa terra sem lei a ser desbravada. Ele faz isso por meio da junção eclética de diversos elementos como guitarras afinadas, trompetes e instrumentos de sopro que imitam os sons do vento e o espírito aventureiro, suspiros e coros masculinos ou femininos, e assovios que recriam as melodias solitárias dos vaqueiros na imensidão. Além, disso, toda sorte de efeitos sonoros, que recriam os sons de tiros, metralhadoras, gritos e trens se juntam a isso, criando composições magistrais que, para mim, já valem praticamente pelo filme inteiro. Ele compôs a música de todos os filmes faroestes do diretor Sergio Leone e também de muitos outros spaguettis. Gostaria de citar três composições que me tocaram a alma: “Ecstasy Of Gold”, da cena do cemitério em *Três homens em conflito*, da qual o Metallica fez um cover, “The Wild Horde” de *Meu nome é ninguém*, na qual ele insere trechos de “A cavalgada das Valquírias” de Wagner, e “The Man with the Harmonica”, de *Era uma vez no Oeste*.



Clint Eastwood como “O homem sem nome”. Esse é macho.

Completando a tríade mística, Sergio Leone é o mais célebre diretor dos Spaguettis. Seus filmes são pungentes expoentes do gênero, cada um com força própria e única, que além de divertir tratam de questões profundas e universais. Além da trilogia dos dólares ele também dirige o épico “Era uma vez no Oeste” (o da cena do começo), com Henry Fonda e Charles Bronson, que é a história de uma mulher que se descobre viúva antes do casamento, herdando do falecido noivo uma propriedade cobiçada por um magnata da ferrovia. Os faroestes spaguetti voltam suas atenções à fronteira entre os EUA e o México, adquirindo lá uma perspectiva política-ideológica ao explorar a Revolução Mexicana, em plenos anos 60

da Guerra Fria. Sergio Leone entra nessa temática dos chamados “Zapata Westerns” (que tem como outros expoentes Uma bala para o general e Vamos matar, companheiros!) no filme *Quando explode a vingança*, que segue do ambicioso líder de um bando de bandidos (formado praticamente por sua própria família, com seu pai e seus filhos, “cada um de uma mãe diferente”) que, por causa de um especialista em explosivos irlandês ex-integrante do IRA, se vê involuntariamente envolvido na luta revolucionária. Seu último filme é *Meu nome é ninguém* de 1973, bastante cômico, que faz uma paródia do próprio gênero ao contar a história do encontro um pistoleiro já idoso com um jovem de nome “Ninguém”, que pede ao pistoleiro para fazer sua despedida do Oeste um grand finale de glória enfrentando sozinho o infame Bando Selvagem, composto de 100 homens que “cavalgam como se fossem mil”.

Os filmes de Leone, assim como todos os outros spaguettis, apesar de serem dirigidos por italianos e produzidos na Itália, não tinham só tempero da mama em sua massa. Uma das locações favoritas para as filmagens era a região de Álmeria que possuía muitas características do Oeste americano, em Andalusia, na Espanha, e os filmes usavam atores das mais diversas nacionalidades, muitos deles americanos (como Clint e Henry Fonda). Em alguns sets de filmagem, como o de nem todos os atores falavam a mesma língua, filmando-se com uns falando inglês e outros italiano mesmo, nada que bons dubladores não resolvessem.

Mas nem só de Leone vive o spaghetti. Havia também uma da imensidão de produções baratas e da baixa qualidade que tentavam faturar copiando os outros grandes clássicos e sucessos do gênero. Um dos que fizeram maior sucesso, e foi mais copiado, foi *Django*, dirigido por Sérgio Corbucci que cujo protagonista durão está sempre arrastando um caixão que contém uma metralhadora giratória, e mata praticamente todos os outros personagens de jeitos tão inverossímeis que chega a ser cômico, além de incrivelmente divertido. Há também a trilogia com o personagem Sabata, um caçador de recompensas interpretado por um grande ícone do spaghetti, o ator americano Lee Van Cleef. Não poderia deixar passar sem citar também o ator Terrence Hill, que compõe o cômico personagem fazedor de caras e bocas Trinity, na série de filmes homônima, que é tão absurdamente rápido no gatilho que muitas vezes não usa a arma, apenas esbofeteando a cara de seus adversários antes que eles possam sacar.

Infelizmente, esse artigo está muito grande, já transgredi o limite de espaço e tenho que apertar, como no final de uma prova de Civil. Por não estarem

lidando com seu passado histórico, os italianos puderam inovar, recriar e reinventar o que é considerado ao mesmo tempo o mais popular e mais clássico gênero do cinema. Relacionando com o direito, no faroeste dos italianos não havia o *rule of law*, no qual o ser kelseniano não ocasionava um dever ser, já que não funcionavam os mecanismos coercitivos do Estado, cujos burocratas estavam à mercê dos detentores do poder e das armas. No spaghetti, xerifes não tinham grande importância (apenas serviam para oferecer recompensas) e as autoridades constituídas nada podiam com os fora-da-lei. Era quase um estado de natureza hobbesiano, onde a vida do homem, sua propriedade e liberdades civis só eram garantidas pela sua velocidade no gatilho. Um amplo espaço a desbravar, cheio de oportunidades e violência, de onde surgem míticos heróis e pistoleiros destemidos. Afinal, a única lei a ser seguida era a do chumbo. ■



Você não quer ficar no caminho de Django e sua metralhadora

Trivela corria pelas ruas da Tijuca, olhando para trás e afastando-se rapidamente do local do crime. O pé aleijado, torto, lhe rendera o apelido de trivela e prejudicava sua velocidade. Seu nome verdadeiro era Joniuoquer, escolhido pela mãe para homenagear o sonho de consumo do pai, cachaceiro. Não adiantou nada, fora surrado regularmente pelo pai que, antes de sair de casa – isto foi um imenso alívio! –, quebrou-lhe o pé com um pisão.

Após algum tempo achou que não estava mais sendo seguido. Entrou num beco, tirou a camisa e vestiu-a pelo avesso; outra cor, bom para despistar perseguidores. Olhou a bolsa escondida sob a camisa, era de qualidade. Arrancara daquela velhota gorda, derrubando a mulher no chão. Ela começou a gritar e ele teve que correr. Se tivesse uma faca iria cortá-la. “Cachorra! Tem que saber perder! Velhota gorda, lenta, bem vestida, é para ser assaltada.” É a ordem natural das coisas.

Espumou de raiva, a bolsa continha apenas cinco retratos, dois reais, uma passagem de integração e uma chave. Nem identidade que pudesse vender. “Deus do céu, como aquela mulher podia se vestir bem.” Deveria ser proibido enganar os outros assim. O risco, aquela correria toda, para nada, nada!

Não teve mais tempo de se lamentar. A freada brusca do carro de polícia fez com que pulasse o muro do fundo do beco. Gostava do local porque havia esta rota de fuga, mas Hiena, o policial que saltou do carro, sabia disso e sempre o procurava naquele beco. Hiena puxou a arma, mas não era para atirar, só intimidar. Ninguém atira no seu próprio ganha-pão. Depois de assumir o cargo na delegacia, Hiena escolhera um grupo e os soltara da cadeia, com a condição de que lhe pagassem um dinheiro semanal. Trivela entre eles, por ser esperto e ousado. O problema é que não era um ladrão honesto. Havia três semanas

que não lhe trazia nada. “Um *ab* surdo, completamente surdo!” (Às vezes Hiena se confundia com a estrutura das palavras que usava). Soubera do assalto, parecia coisa do Trivela, e foi procurá-lo no beco. Não, não ia deixá-lo fugir, quando o pegasse ia moê-lo de pancada, que ódio!

Trivela corria muito, sabia que Hiena estava atrás. De repente, viu uma multidão chegando ao Maracanã, muita gente, muita gente, jogo do Flamengo. E sorriu ao perceber como escapar. Iria ao jogo, na geral, e Hiena não poderia encontrá-lo. Agulha no palheiro. Além do mais era flamenguista, bom ver este jogo. Só de pensar na cara do polícia riu alegremente.

Hiena também viu a multidão e adivinhou que Trivela entraria no estádio. Difícil achá-lo, mas seu ódio se multiplicara. O desgraçado pensa que escapou. Não! Ia usar o binóculo e esquadrinhar cada canto. “Vou encontrá-lo, ele vai ver só, comigo não se brinca!”

O Fla-Flu já estava no final, 40 minutos do segundo tempo, empatado. Trivela assistia quieto num canto, atrás de umas pessoas. Achou que deveria sair do estádio antes do fim do jogo, por prudência, mas aquele empate indeciso o mantinha preso ao local, torcendo. Subitamente o mundo desabou. Nos descontos o Fluminense desempatou. “Não vale! O Fred estava impedido, o gol foi de mão e a bola não entrou. Deus do céu, você não viu juiz, você não viu, anula, anula! Não vai anular não, como não! Cego! Ladrão! Como pode um juiz ser ladrão!”

Correu para a beira do campo, pulando e gritando palavrões, histérico. Só parou quando levou a primeira cacetada, na cabeça. Saiu do estádio algemado, ainda vociferando, arrastado pelo Hiena que sorria como um predador no topo da cadeia alimentar. É a ordem natural das coisas. ■

¹ Professor da FGV Direito-Rio

Canto Poético

Democracia?

João Marcelo Lima

doutrinas dotaram dita **D**ores
de desejos duvidosos

d **E**senharam discórdia
desprezando, despencaram

desvirtuara **M**-se
deixaram desorganização
desenvolveu-se deliberação

decifrou-se **O** digitalização
da doença dogmática deificada
designou-se dissolução
de destreza distribuída

derrubou-se democra **C**ia

democ **R**acia...dos desencantados

doutora democraci **A**!
devo dizer:

devolva-me democra **CIA**.



POR QUE A GALINHA ATRAVESSOU A RUA?

Catarina Freitas

VOLTAIRE: Eu não concordo com o que a galinha fez. Mas defenderei até a morte o seu direito de fazê-lo.

MAQUIAVEL: O que importa é que ela atravessou a rua. O fim de atravessar a rua justifica os meios.

HOBBS: Porque ela renunciou todos os seus direitos a um soberano irrevogável, indivisível e absoluto que a ordenou que atravessasse a rua.

LOCKE: Pois sendo ela propriedade de si mesma, tinha a liberdade para atravessar.

MONTESQUIEU: Porque numa sociedade política onde há leis, a liberdade da galinha não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer e não ser constrangido a fazer o que não se deve querer.

ROUSSEAU: Porque essa constituía a vontade geral.

MADISON: Para eliminar as facções.

STUART MILL: A falibilidade humana não nos permite dizer se atravessar a rua é uma proposição verdadeira ou falsa e portanto não devemos reprimir a galinha.

TOCQUEVILLE: Porque nos Estados Unidos ela tem igualdade de condições.

KANT: A galinha, sendo um ser autônomo, optou atravessar a rua em seu livre arbítrio

KARL MARX: As galinhas do mundo não têm nada a perder, mas suas correntes. Galinhas de todo o mundo, uni-vos!

JOAQUIM FALCÃO: Não me interessa o que vocês pensam sobre a galinha. Quero saber o que a Constituição diz!

Faça sua contribuição para *O Gerifalte* !

Encontros serão definidos no início do período e anunciados nos quadros.

Ou entre em contato conosco: ogerifalte@gmail.com

Já na próxima edição:

- Carta dos Leitores. Envie-nos sua opinião por e-mail (ogerifalte@gmail.com)

- Classificados: quer vender livros, computador, alugar quartos, etc? ANUNCIE AQUI!

Envie sua oferta por e-mail (ogerifalte@gmail.com)



GASTROMANIA

Jéssica Léda

O Gerifalte resolveu abrir seu leque de opções de almoço com algumas sugestões de restaurantes.

\$\$\$

Você que está disposto a gastar um pouco mais na hora do almoço, temos as seguintes opções:



Ambiente mais sofisticado, no primeiro andar tem a opção a la carte, com saladas, massas e carnes. No segundo andar está o famoso rodízio de japonês, com deliciosas e variadas opções.

Localização: Barão de Itambi, 73



Nosso antigo conhecido, que além das diversas opções a la carte, possui um sistema de self service completo com saladas, massas e carnes, o qual paga-se um preço fixo de R\$ 20,00 podendo repetir quantas vezes quiser.

Localização: Edifício Argentina



Para aqueles que apreciam um estilo de comida caseira e mais saudável, possui variados tipos de saladas. Comida a quilo. Cada dia tem um cardápio diferente e criativo.

Localização: Edifício Argentina

\$\$

Com preços mais em conta, aqui estão algumas sugestões:

**PORTS SELF
self- service**

Restaurante a quilo, com comidas variadas e deliciosas sobremesas! 100g = R\$ 2,50

Localização: Esquina Rua Marquês de Abrantes



**MARQUÊS
GOURMET**

Restaurante a quilo, também, muito gostoso! 100g= R\$ 3, 29
Localização: R. Marquês do Paraná, 128 (Flamengo).

\$



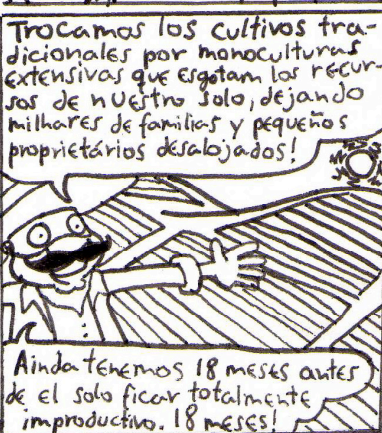
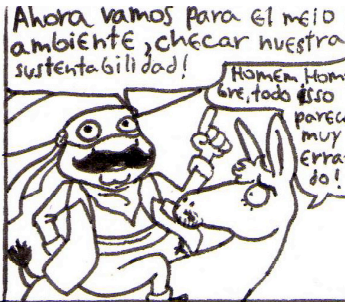
Não podemos esquecer nosso querido, ou nem tão querido assim, **BANDEIJÃO!**
Possui um buffet de saladas, grelhados e comida caseira muito saborosas!

El HOMEM HOMBRE



EN: LA APRESENTACION DEL FUNCIONAMIENTO BUROCRÁTICO, POLÍTICO Y INSTITUCIONAL DEL ESTADO MEXICANO DE MÉXICO Y SUS NUEVAS DIRETRIZES, REFORMA Y REVOLUCIÓN MEXICANA DE MÉXICO





Beco

das letras

Livros & café

Pr. Gal Tibúrcio, 83 - lj.14, Urca - tel: 2543-3798

ANUNCIE AQUI!
entre em contato através do e-mail:
ogerifalte@gmail.com.

Beco

das letras

Livros & café

Pr. Gal Tibúrcio, 83 - lj.14, Urca - tel: 2543-3798

ANUNCIE AQUI!
entre em contato através do e-mail:
ogerifalte@gmail.com.